

1- Por favor, se apresente para nós.



Nasci em 19 de junho de 1975, sou brasileiro, carioca e flamenguista. A infância e a adolescência vivida em Anchieta, subúrbio do Rio de Janeiro, e parte das férias no morro dos cabritos, no bairro Santa Catarina, em São Gonçalo. Filho de Luzia Silva Lima, mineira de Carangola, e de José Rodrigues Lima (falecido), de Salvador. Tenho três irmãos: Luiz Fernando (o mais velho, por parte de pai), Gezer Franklin e Rodolpho Rodrigues (os mais “novos”). Essa socialização, numa família pauperizada da classe trabalhadora e com todos os desafios de um cotidiano marcado por muita luta se choca com a realidade que encontrei em Niterói, e que, mesmo adaptado, ainda me causa certa estranheza. Moro nessa cidade, desde 2007, e convivo com esposa e duas filhas, Ana Beatriz, de 27 anos, e Isadora, de 16. E muitos amigos daqui nunca tomaram banho de balde, pois quase não falta água na cidade, ou então eles deixam de frequentar a praia de Boa Viagem (a mais bonita, junto com Itacoatiara, em minha opinião) reclamando das condições de balneabilidade. Pra quem foi criado falando com todo tipo de gente, abraçando desconhecido em jogo no Maracanã e fazendo festa de aniversário dentro do ônibus no percurso para o trabalho, é triste dar bom dia ao entrar num elevador do prédio em que moro e não receber resposta ou então perceber a indiferença dos meus vizinhos com as pessoas que reviram sacos de lixo em busca de sobrevivência nas ruas do Ingá, bairro onde resido.

Na adolescência, tentei ser goleiro de futebol e treinei no Tomazinho Futebol Clube. Concluí o curso de Ajustador Mecânico, no SENAI Euvaldo Lodi. Trabalho há 35 anos,



iniciei aos 14, como ajudante de pedreiro e fazendo bicos na vizinhança. Vendi chocolates e roupas íntimas (no Rio de Janeiro são famosas as calcinhas de Nova Friburgo). Tive a oportunidade de trabalhar como copeiro e garçom em serviços de buffets e em bares da Lapa, como auxiliar de montagem na Tecnomóvel e como office boy na Embratel. Fui educador social e meu aprendizado se deve à experiência na Associação Beneficente São Martinho. Graduado em Serviço Social pela UFRJ, tirei o título de assistente social em 2001.

Quase toda minha experiência profissional é junto às crianças, aos adolescentes e às suas famílias. Fiz parte da equipe da Casa da Vila, pareceria da ONG Se Essa Rua Fosse Minha com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Participei da equipe de assessoria ao Secretário Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, trabalhei, por pouco tempo, no Complexo Educacional Humberto Mendes, em Maceió-AL. Fiz parte da Escola de Pais (na unidade do Piscinão de Ramos), uma parceria entre a ONG Dalailata e a Fundação para Infância e Adolescência, além de experiências no Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CMDCA) e no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CEDCA). Sou mestre e doutor em Serviço Social pela UERJ, circulei por diferentes unidades de formação acadêmica, em cursos de graduação e de pós-graduação, em Itaperuna, Volta Redonda, Barra do Piraí, Belford Roxo, Campo Grande e, desde 2009, na Universidade Federal Fluminense, com rápida passagem pelo curso de Serviço Social da mesma universidade em Rio das Ostras. Em 2016, ingressei no quadro de docentes permanentes do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR/UFF). Na UFF, também sou representante docente suplente no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX/UFF) e coordenador, junto com Ebe Campinha e Fábio Simas, do Núcleo de Extensão e Pesquisa em Direitos Humanos, Infância, Juventude e Serviço Social (NUDISS/UFF). Fui presidente do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS-RJ), entre 2014-2017. Sou pesquisador da comissão ampliada do Grupo Temático de Pesquisa – GTP Serviço Social, Gerações e Classes Sociais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), associado do Centro de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CEDECA-RJ) e, recentemente, suplente na representação no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) - mandato 2024/2026.

2- Como você encontrou o Serviço Social e qual o seu tema de pesquisa?

Desde criança sempre gostei de estudar e fui um aluno esforçado (sem ser brilhante ou ter o melhor rendimento da turma). Sonhei em ser goleiro de futebol e fui muito bom, segundo relatos dos meus amigos. O nome do meu irmão mais novo, por exemplo, homenageia um atleta da seleção uruguaia com passagem marcante pelo Santos (goleiro Rodolfo Rodriguez). Gostava de trabalhar com pessoas e sempre fui contra as injustiças do mundo. Tive uma experiência como catequista. Integrei o grupo jovem na Igreja Nossa Senhora de Nazaré, em Anchieta, e cheguei a pensar em ser padre Franciscano. Quando acabei o antigo primeiro grau (atualmente, Ensino Fundamental), tive vontade de me inscrever no processo seletivo para o Colégio Estadual Érico Veríssimo, voltado para formação de professores, curso normal. Mas, infelizmente, perdi a data de inscrição e cursei o segundo grau de formação geral no Colégio Estadual Marechal João Baptista de Mattos, o “Batistão”.



Na adolescência, como diz a canção Capítulo 4 Versículo 3, dos Racionais MC, “60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial”, vivenciei episódios traumatizantes. Apanhei da Polícia Militar, confundido com um grupo de piqueteiros da greve geral de 15 de março de 1989 e, depois, em 1991, sofri com a dura repressão a uma manifestação do Grêmio Estudantil, que parou parcialmente a Avenida Brasil exigindo melhores condições de infraestrutura para o colégio, sem contar as abordagens dentro de transportes públicos.



Quando eu passeava com minha família pelas ruas do Centro e da Zona Sul, sempre ficava angustiado em ver pessoas dormindo nas ruas. A chacina da Candelária e a morte do Betão, um colega da infância que vi ser baleado na frente da minha casa, provavelmente, foram situações traumáticas que me colocaram no caminho do Serviço Social, uma profissão em que eu poderia contribuir com pessoas como eu ou aquelas em situação de rua. Entre as dúvidas do vestibular para História, Comunicação, Psicologia e Serviço Social, somente no meu segundo vestibular, em 1994, consegui aprovação.

3- Como conheceu o Projeto PIPAS-UFF?

O Projeto PIPAS é uma proposta contagiante. Estive na UFF, no Bloco D, para levantar informações de disciplinas oferecidas, pelo Programa de Pós-Graduação, para alunos externos, no período do doutorado, e fiquei encantado quando vi os cartazes com cores alegres e as Pipas, algo libertário e que nos remete às memórias da infância. Ali já me apaixonei e fiquei pensando que um dia estaria com esse grupo. Para minha alegria, participei de uma atividade, uma conferência na XI Jornada de Pedagogia Social da FEUFF, em 2018. E, concomitantemente, alguns profissionais que participaram também das atividades no curso de Serviço Social comentaram da existência do PIPAS, da nossa conexão e da importância em realizarmos atividades conjuntas.

4- Como foram os desdobramentos dessa aproximação?

A possibilidade de organizar um número da Revista Pedagogia Social é fruto de uma relação histórica que envolve a aproximação entre a Faculdade de Educação e Serviço Social, bem como a participação em Seminários, Encontros promovidos pelo PIPAS-UFF. Outro desdobramento é que pudemos contar com a participação da Coordenadora do PIPAS, professora Margareth Araújo, nas três edições (2018, 2019 e 2024) do Curso de Extensão CONT.ES.T.AÇÃO POLÍTICA – Conselheiros Tutelares e Educadores Sociais Trabalhando a Ação Política com Crianças e Adolescentes – e uma participação do nosso Núcleo em uma disciplina do Curso de Especialização em Pedagogia Social para o Século XXI. Ao mesmo tempo em que mobilizamos a participação, somos mobilizados nas atividades promovidas pelo PIPAS.

5- O que você achou da vertente escolhida para o Curso de Especialização em Pedagogia Social para o Século XXI, pelo Projeto PIPAS-UFF?

Nesse ano a equipe do NUDISS lecionou aulas na disciplina “Organização sociofamiliar” e, a partir da vertente crítica escolhida pelas docentes, amparada em autoras como Heleieth Safiotti, Cristina Bruschini, Regina Célia Mioto e Marlise Vinagre, pelo menos quatro aspectos podem ser observados. O primeiro a ser salientado é o de pensar a família como uma construção histórica, uma instituição em constante transformação e com diferentes composições. O segundo leva em consideração a necessidade de ruptura com senso comum no trato das famílias. Busca-se ultrapassar o uso das experiências individuais como parâmetro na avaliação de famílias em instituições, bem como a superficialidade de generalizações que desconsideram as diferenças de classe, raça, etnia, gênero e orientação sexual. O terceiro consiste em desnaturalizar a concepção de família, presente no discurso da sociedade, inclusive na academia. O quarto, fomentar análise crítica para que se possa interferir em desiguais relações de gênero, bem como no enfrentamento à violência contra a mulher e, ao contrário do que o senso comum sempre apregoou, “meter a colher” quando necessário. Essas facetas conservadoras durante alguns anos criaram obstáculos para a análise científica da família. Mesmo nas ciências sociais, por exemplo, vigorou por muito tempo uma concepção positivista de família “desestruturada”, “desajustada” ou composta por um perfil tradicional, apenas por um homem, uma mulher e sua prole, e estamos ampliando reflexões e novas concepções. Não é possível para profissionais da saúde, da educação e do Conselho Tutelar, por exemplo, chamar a família para tomar ciência de um assunto e responsabilizar somente a figura materna.

6- Uma perspectiva de futuro para o Serviço Social, para nosso município, país e o mundo.

Estamos envolvidos, como profissão, em diversas políticas públicas e em inúmeros debates que, geralmente, extrapolam o Serviço Social, como as disputas em torno do fundo público e a necessidade de um modelo de desenvolvimento que incorpore os

direitos humanos e, ao mesmo tempo, preserve o meio ambiente. Mas, atualmente, o cumprimento da Lei 13.935/2019, que dispõe sobre a presença da Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica, além de resultar de uma luta profissional de mais de duas décadas, representa a possibilidade de fortalecer as equipes multiprofissionais e ampliar o mercado de trabalho. A compreensão que tenho é que as equipes já contam com o aval do Chefe do Poder Executivo em Niterói e deverão, em linhas gerais, desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. Espero ver assistentes sociais unidos às lutas dos profissionais da educação, contribuindo para fortalecer o elo das famílias nas escolas e a construção de relações efetivamente democráticas.

7- Como vê as produções mais recentes na área de Serviço Social no Brasil?

As publicações recentes revelam o amadurecimento intelectual e o desenvolvimento dos estudos pós-graduados em Serviço Social. Durante muito tempo, assistentes sociais tiveram como referência os livros clássicos de autores marxistas que, principalmente, na década de 1970, viveram, estudaram, militaram e foram perseguidos pela ditadura empresarial-militar no Brasil e na América Latina. O reconhecimento político de autores como José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Vicente Faleiros, Rosângela Batistoni, Beatriz Abramides, dentre outros, e a qualidade teórica dessas produções, que marcou de forma decisiva o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, têm inspirado novas obras no país e a abordagem de um leque de temáticas bastante variado. Por exemplo, é possível destacar, algumas publicações recentes que dialogam, para além da profissão, com os direitos humanos e o trabalho com crianças e adolescentes: “Acumulação do capital, infância e adolescência”, de Camila Melo; “Educação Pública no Conjunto de Favelas da Maré: desafios e potencialidades”, de Eblin Farage e Andreia Santo; “A tortura no superencarceramento brasileiro”, de Fábio Simas; “Meninas e Território: criminalização da pobreza e seletividade jurídica”, de Joana das Flores Duarte; Racismo na Infância, de Márcia Eurico e “Serviço Social e acolhimento institucional de crianças e adolescentes”, de Vanessa Saraiva. A universidade pública resiste e o Serviço Social vem dando a sua contribuição em entidades da categoria, em

sindicatos e, ainda por cima, demonstrando uma capacidade de articulação e produção coletiva nunca vista na história.

8- Pedagogia Social e a nossa sociedade: Uma reflexão.

A pedagogia social é uma maneira de enfrentar as opressões. A nossa sociedade é punitivista e essa ideia de punição atravessa, até mesmo os segmentos sociais dos campos progressistas e democráticos em nosso país. Tais segmentos também alimentam concepções de justiça como sinônimo de vingança ou de reparação do dano por meio da imposição de sofrimento. Muitas vezes não pensamos no sofrimento que, por si só, é viver no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente em áreas periféricas marcadas por conflitos urbanos e ações de grupos armados. Um contingente de pessoas - com medo e inseguras - seguem suas vidas, mas as respostas para situações extremamente complexas, mesmo com todo avanço das ciências sociais e humanas, passam, geralmente, por mais violência. São punidas pelo desemprego, pelo subemprego e por não poderem sonhar. Punidas como parcela pauperizada da classe trabalhadora nas periferias dos grandes centros e no campo, levando em consideração a condição de cada sujeito social, algo que também influencia na maneira como tais situações são vivenciadas, seja por: crianças, adolescentes ou idosos; heterossexuais, gays, lésbicas ou transexuais; pretos, pardos, indígenas ou brancos; candomblecistas, umbandistas, católicos ou evangélicos e etc.

A pedagogia social que não considera as lutas de classes reproduz a ilusão dos coaches em redes sociais da internet. Familiares e demais responsáveis, em determinadas instituições, ainda utilizam a força, a ameaça e uma visão totalmente adultocêntrica para educar. Essa centralidade do adulto em relação à infância permite um conjunto de ações violentas de homens e de mulheres ao tratar de crianças e adolescentes, muitas vezes vistas como meros objetos e não sujeitos de direitos. No rastro de tanta opressão e de comportamentos agressivos, crianças ou adolescente sequer podem ousar agir da mesma maneira como são tratados. O castigo e a palmada, mesmo com os avanços no Estatuto da Criança e do Adolescente, são formas de tratamento que ainda orientam parcela significativa da população e se uma pessoa, desde a tenra idade, é ensinada a resolver os conflitos de forma violenta, formamos para uma compreensão de que os problemas na vida somente se resolvem com a violência. Dessa forma, não percebemos, mas estamos



sendo punidos novamente, pois essa é uma forma de contribuir para reproduzir um ambiente hostil e de pouco diálogo. A propriedade privada e o dinheiro estão no centro de grande parte dos conflitos sociais. E, ao invés de procurar vítimas ou algozes, podemos repensar uma sociabilidade estruturalmente desigual. A punição, nesse modo de produção, ainda é uma forma de reparar o dano causado e tem gente que quer vingança, silenciamento eterno, humilhação e ainda entendem isso como "justiça". A melhor forma de fazer justiça é com a consolidação das políticas públicas, englobando tanto a supressão da propriedade privada, como a socialização da riqueza produzida para esmagadora maioria da população. Tal proposta mexe com interesses muito poderosos, mas deve estar em nosso horizonte ético- político. A violência contra a pessoa humana, em alguns casos, até mata! Mas muitas vezes a pessoa que sofre não morre, pode superar a situação e, com o apoio adequado, tentar seguir a sua vida. Isso acontece com grande parte das crianças, mas e quando a violência é com uma pessoa adulta? Nesse caso, parece que o violador fica com um estigma para sempre! Se uma mãe bate no filho ou um jovem comete um ato infracional essas pessoas não merecerão viver em sociedade? Lógico que são coisas diferentes, mas e nós que trabalhamos com essas pessoas, somos amigos ou familiares, devemos desistir? Condená-las eternamente? As últimas eleições presidenciais e o crescimento da extrema direita no Brasil acirraram, ainda mais, a dimensão punitiva e parece que estamos vivendo em bolhas. As hostilidades das redes sociais são diferentes, mas reproduzem as mesmas hostilidades da consciência alienada das pessoas de amplos contingentes da população e, dessa forma, saídas que poderiam ser pactuadas coletivamente não são enfrentadas. Não temos uma concepção de autoridade cuja ação não utilize do autoritarismo ou da coerção, traços históricos do colonialismo escravista que ainda não foram superados. Por vezes não dialogamos com as pessoas diferentes e essa tarefa parece cada vez mais difícil. Nessas disputas, o interesse individual parece não poder ser suplantado pelos interesses sociais e coletivos. Cabe às equipes profissionais no trabalho de base, com a educação popular e a pedagogia social buscar construir novas relações humanas e entre as famílias nas instituições. A elaboração ou discussão de novos projetos de sociedade, para formação de novos homens e mulheres, abarca a prerrogativa de acolher, escutar, dialogar, negociar, pactuar, acompanhar e compartilhar as várias dimensões da vida de crianças, adolescentes e jovens, dentro e fora das instituições ou das unidades

familiares. Esses aspectos são fundamentais para prevenir violências, enfrentar as múltiplas expressões da questão social, bem como produzir práticas humanas anticapitalistas, antirracistas, antimachistas, antilgbtfóbicas etc.

9- Uma dica de leitura e filme...

Leitura:

Ideias para adiar o fim do mundo, de Ailton Krenak. Esse livro mexeu comigo por três aspectos: pelo desconhecimento que tenho das minhas origens indígenas, pelo sentido que usualmente damos à humanidade e aos nossos sonhos. Aprendi coisas simples e extremamente complexas nessa leitura, pois o sonhador não é o que abre mão da realidade ou do sentido prático da existência, mas que faz do sonho a matéria prima da vida.

Mulheres que rezam, de Ana Cruz. Em 2001 eu comprei este livro numa feira do Quilolo, evento promovido pela UERJ. Em 2021, no período da pandemia, atendi a um chamado para enfrentar uma situação de racismo sofrida por uma militante do movimento negro que se encontrava sozinha em casa. Entre o aconchego do seu lar e a indignação com seus vizinhos, pudemos conversar bastante e, ao me despedir daquela grande figura humana, perguntei novamente o seu nome e descobri que era a escritora “Ana Cruz”. Vinte anos depois consegui entender a força do seu texto, a complexidade de sua escrita e o efeito de sua reza, um poder que vem de construções coletivas e ancestrais. O livro é fruto de um amadurecimento artístico que, aos insensíveis, é difícil alcançar.

Ódio, de Cizinho Afreka. As poesias reunidas nesse livro fazem parte das trincheiras de luta contra o racismo. De forma explícita e sutil, expressam dores inimagináveis para várias pessoas e, longe de propagar o ódio, essa obra busca reelaborar violências, por meio da escrita poética, e possibilita lidar com o sentimento de opressão e de exploração impostos às mulheres e aos homens negros.



O corpo encantado das ruas, de Luiz Antônio Simas. Essa leitura foi uma viagem, uma maneira de reencontrar com a minha infância em Anchieta, bairro do subúrbio do Rio de Janeiro, local que tenho profundo orgulho, mas as autoridades públicas, diante de tanta indiferença, parecem fingir que não existe no mapa da cidade.

Casagrande e seus demônios, de Walter Casagrande Júnior e Gilvan Ribeiro. Entre a ascensão e queda de um grande jogador de futebol o livro narra, de maneira forte e franca, a complexidade em torno de um atleta, de um ídolo do esporte e de um homem marcado, não apenas, pelo engajamento político e por todos os estigmas e dificuldades para enfrentar a dependência de substâncias psicoativas.

Filmes:

Vem Dançar (Take the lead), de Liz Friedlander. Trata-se de um drama inspirado na história real de Pierre Dulaine (interpretado por Antonio Banderas). Trata-se de um professor que ensina dança de salão como voluntário a um grupo de adolescentes e jovens do ensino médio nos Estados Unidos. Da união entre o erudito e o popular, a metodologia desenvolvida leva em consideração um processo de conhecimento marcado por trocas, companheirismo, criatividade e coragem. Um filme inspirador.

Menino 23, infâncias perdidas no Brasil, de Belisário Franca. Inspirado nos estudos de Sidney Aguilar Filho, o filme retrata a fragmentação da sociabilidade infantil, a exploração de crianças e adolescentes pobres e negras, as marcas do trabalho escravo no interior do país e a existência do maior número de nazistas fora da Alemanha.

10- Deixe uma mensagem para os nossos leitores.

Pensei em várias mensagens, mas gosto de um trecho da música Sol de Primavera, de Beto Guedes, “a lição sabemos de cor, só nos resta aprender”. Quando a gente se coloca no lugar de aprendiz, e isso a pedagogia social nos fornece muitas bases, temos a chance de desconstruir as barreiras da vaidade e os escudos da arrogância. Precisamos nos cuidar, pois cuidamos de muita gente. É “mente sã em corpo sã”, aliar o trabalho físico

ao intelectual, estar presente nas ruas e nas redes e não sucumbir. A conhecida formulação, “quem não se movimenta, não sente o peso das correntes que o prendem”, de Rosa Luxemburgo, nos inspira como sujeitos da história. Lembro-me de cartaz, num ato organizado pelas mulheres brasileiras, em 2019, que trazia essa inscrição. A frase da revolucionária é uma convocação, nos revela o poder de mobilização para enfrentar os efeitos deletérios da crise e a ascensão do nazifascismo no país e no mundo. Este ato em defesa da democracia, realizado na Cinelândia, região do Centro do Rio de Janeiro, foi um dos momentos políticos mais incríveis que eu tive a oportunidade de participar nos últimos anos. “Uma sociedade melhor para crianças e adolescentes é, consequentemente, uma sociedade melhor para todo mundo”, sempre digo isso. As transformações que tanto almejamos serão conduzidas com firmeza, principalmente, pelas mulheres no século XXI e, certamente, nós estaremos com elas.

